

<b>Título</b>	<b>Itaipu – A vez e a voz do Congresso (Parte 1 de 3)</b>
<b>Veículo</b>	<b>Canal Energia</b>
<b>Data</b>	<b>10 Ago 2009</b>
<b>Autor</b>	<b>Claudio J. D. Sales</b>

**CanalEnergia**.com.br

## **Itaipu – A Vez e a Voz do Congresso (Parte 1 de 3)**

O Tratado de Itaipu: contexto histórico e a diferença entre Estado e governo

Claudio Sales, para a Agência CanalEnergia, Artigos  
10/08/2009

### **Introdução**

A “negociação” que se desenrolou entre diplomatas brasileiros e paraguaios sobre o Tratado da usina hidrelétrica de Itaipu atingiu um nível insuperável de incoerência. Será registrada pelos historiadores como um dos maiores erros diplomáticos do Brasil se o Congresso Nacional não corrigir esta desastrosa e desastrada trajetória.

A desinformação promovida pelos negociadores paraguaios e outros grupos de pressão – nacionais e paraguaios – é tão alta que é preciso resgatar alguns eventos e conceitos para que a opinião pública e autoridades brasileiras possam tomar suas decisões em cima de fatos, e não de campanhas oportunistas que, em última análise, farão com que nós, brasileiros, paguemos duas vezes pela mesma conta.

Os aspectos abordados neste artigo (dividido em três partes) foram ignorados nessa negociação que nem deveria ter sido iniciada. Mas podem constituir-se em ferramenta útil para que o Congresso Nacional brasileiro assuma a posição que lhe é de direito e, com base na objetividade e na transparência, evidencie como a atual negociação tem colocado os cidadãos brasileiros em último lugar.

Afinal de contas, a “Declaração Conjunta” assinada em 25/07/2009 pelos presidentes do Brasil e do Paraguai (texto em espanhol, que, cá entre nós, deveria ter sido bilíngüe para não levantar suspeitas sobre qual lado deu as cartas do jogo) não passa de uma declaração de intenções sem caráter vinculante e que precisará ser aprovada pelos Congressos dos dois países.

### **Contexto histórico e os desafios do Tratado de Itaipu**

Décadas de diálogo antecederam o Tratado de Itaipu, documento assinado pelos governos brasileiro e paraguaio e aprovado em 1973 pelos respectivos Congressos. É um texto enxuto e objetivo, com 25 artigos e não mais que 8 páginas. E, ao contrário do que andam dizendo os paraguaios (e até alguns diplomatas brasileiros, por incrível que pareça), o tratado não dá nenhuma margem a interpretações criativas para acomodar pleitos do momento. É uma peça jurídica perfeita.

Passando por cima de tudo isso, um dos negociadores paraguaios teve a ousadia de dizer, em maio deste ano, que não devemos nos tornar “prisioneiros

do passado” e que “tratados não permitem interpretações pétreas, podem ser repensados” para que pudéssemos “relançar Itaipu para o futuro”. Segundo ele, “as coisas mudaram entre 1973 e 2009”. E completou com a frase gravada e dita perante dezenas de brasileiros, em território brasileiro: “não digo que o Brasil é um país de ladrões, mas o Paraguai não é um país de mendigos”.

Esquece-se o negociador acima que foi esse tratado que permitiu que se tornasse realidade a usina hidrelétrica campeã do mundo em gera o de energia e segunda maior do mundo em potência instalada. Foi com base num acordo entre Estadistas que foram minimizadas as assimetrias econ micas iniciais entre os dois países e vencidos os incontáveis desafios técnicos, financeiros e políticos que resultaram no projeto que hoje gera 20% da energia consumida no Brasil e 90% da consumida no Paraguai.

### **A diferença entre Estadistas e governantes**

Quando nos referimos aos Estadistas de Itaipu (o “e” maiúsculo   proposital) estamos falando de brasileiros e paraguaios que deixaram de lado interesses de curto prazo para dar vida a um empreendimento cuja vida útil, de acordo com estudos geológicos, pode ultrapassar duzentos anos.

Como muitas elei es para presidentes brasileiros e paraguaios acontecerão neste intervalo de dois séculos, com imprevisíveis orienta es ideológicas dos governos de plantão, Itaipu precisava, já na sua origem, ser blindada das eventuais e previsíveis a es oportunistas daqueles que no futuro pudessem fazer uso político e eleitoral de um ativo cujo valor de mercado oscila entre 40 e 60 bilhões de dólares, dependendo do método de avalia o empregado.

Itaipu é muito grande para ser deixada ao sabor das vontades dos seres não-Estadistas, cujo horizonte mais longo é a próxima elei o e a própria sobrevivência política. Itaipu é uma obra de Estados, e não de governos. Itaipu pertence às sociedades brasileira e paraguaia, e não a políticos em busca de bandeiras para reverter a queda de seus índices de popularidade. Também não pertence a pessoas que querem buscar uma abstrata “liderança” regional em troca de cessões muito concretas custeadas com o bolso dos outros.

Uma vez contextualizadas a lógica e motiva o históricas do Tratado de Itaipu e entendidas as diferenças entre a visão de Estado e de governo, especialmente em empreendimentos que atravessarão vários mandatos, veremos na segunda parte deste artigo a intrincada amarra o “projeto – financiamento – recursos para pagamento da d vida”, constataremos a divisão de papéis e riscos entre Brasil e Paraguai, e daremos visibilidade ao valor que Itaipu já gerou para o Paraguai.

**Claudio J. D. Sales   presidente do Instituto Acende Brasil**